

Obras raras fazem parte do acervo das Universidades

Biblioteca de Alexandria

Fundada no ano 332 d.C., por Alexandre Magno, a cidade de Alexandria reunia a herança cultural do Oriente Próximo, Egito e Grécia. Ali funcionava a maior biblioteca da Antiguidade: a famosa Biblioteca de Alexandria. Nela eram conservados mais de 700 mil volumes escritos em rolos e papiro, incluindo obras literárias, filosóficas, científicas e também sobre a história de todos os povos conhecidos até então.

Os volumes eram numerados e organizados em catálogos que reproduziam o princípio de cada texto. Algumas destas extensas listas sobrevivem até hoje. A biblioteca organizou também grandes trabalhos de investigação histórica e científica. Ali se traduziu, pela primeira vez, a Bíblia para o grego, e por seus caminhos passaram os sábios Filón e Arquimedes.

Alexandria era o centro do livro antigo. Mas sua glória acabou quando, no ano 640 d.C., os árabes incendiaram a biblioteca, destruindo em poucas horas o trabalho de vários séculos. Muito poucos textos se salvaram das imensas chamas.



Entre os milhares de volumes que recheiam as estantes das universidades de Santa Catarina, alguns são especiais e merecem destaque. São obras consideradas raras, seja pela sua idade histórica, por fazerem parte de uma tiragem esgotada ou de uma publicação censurada, ou ainda por tratar-se de documento único e original. Conheça alguns desses tesouros preservados pelas nossas bibliotecas

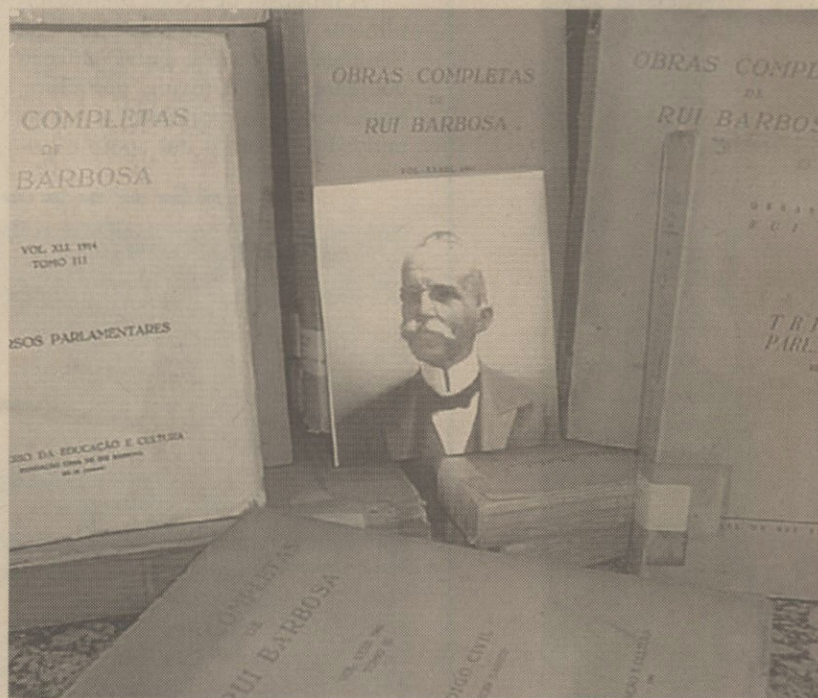
O que se preserva - Considerada uma das cinco melhores bibliotecas de instituições universitárias federais do país, em termos de volume e qualidade do acervo, a Biblioteca Central da UFSC possui, entre os seus mais de 340 mil volumes, um setor de obras raras que comporta pelo menos três mil peças. Entre elas encontram-se um exemplar do primeiro jornal publicado em Santa Catarina, no ano de 1831; os seis volumes da obra "Novo Testamento", publicados em Portugal no ano de 1802, com tradução para o português feita diretamente a partir da vulgata latina; e um exemplar fac-símile, editado em 1965, da obra "Voyage Pittoresque et Historique au Brésil", com ilustrações de J.B. Debret (primeira edição de 1816).

Segundo Ieda Maria Souza de Oliveira, chefe do serviço de Coleções Especiais (que engloba o setor de obras raras) da Biblioteca Central da UFSC, a definição de obra rara não segue parâmetros rígidos universais, "até porque, deste modo, não comportaria a inclusão de obras de interesse regional e outras tantas que fazem parte do nosso acervo e que não são necessariamente antigas ou valiosas", esclarece ela. Sob este ponto de vista, amplia-se o conceito de obra rara ou especial que, sem deixar de observar os critérios básicos, passa a relacionar-se, inclusive, com as prioridades estabelecidas pela própria instituição.

Assim, bibliotecas universitárias como as da Furb - Fundação Universidade Regional de Blumenau, possuem obras consideradas raras no seu acervo como, por exemplo, a "Legislação Trabalhista", de F. de A. Souza Netto, edição de 1939; "Minha nova ordem", escrita por ninguém menos do que Adolf Hitler, em edição de 1941; "Novo methodo grammatica latina", de O. P. Antonio Pereira, edição de 1851; "Corpus Juris Civilis", de 1887; "Código Commercial do Império do Brasil e seus regulamentos para a sua execução", de 1874; e "Le grand atlas ou cosmographie Blaviane", de John Blaeu, em 12 volumes (fac-símile).

A biblioteca central da Unesc - Universidade do Extremo Sul Catarinense inclui entre suas obras raras coleção de obras completas de Rui Barbosa, composta por aproximadamente 60 títulos, cujas datas de publicação vão de 1946 a 1966.

O que preservar - Embora admita muitas discussões, a definição de critérios para se catalogar uma obra como rara segue algumas regras mestras, mas que não devem



Coleção completa das obras de Rui Barbosa está na biblioteca da Unesc

ser usadas como camisas-de-força. Conforme Rizio Bruno Sant'Ana, bibliotecário da Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade (SP), o conceito de obra rara está mais ligado ao livro, mas inclui também periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos. "Fotografias, manuscritos e gravuras são obras originais e não recebem essa denominação, mas devem receber o mesmo cuidado dispensado às obras raras em relação à preservação e conservação", continua ele. Comumente relacionada a critérios cronológicos, a raridade ou não de determinada obra depende também da criação de uma política própria de cada instituição para a definição das características particulares que os livros devem possuir para que sejam considerados raros.

Rizio Sant'Ana cita como bom exemplo de critérios próprios de identificação de obras raras os utilizados pelo grupo de trabalho criado na Universidade Federal Fluminense, com as seguintes indicações: "Serão consideradas obras raras e/ou valiosas:

- até o século XVIII; brasileiras do

século XIX; edições princeps; primeiras edições; preliminares; texto definitivo; críticas; especiais; aprendidas; suspensas ou recolhidas; repudiadas pelo autor; clandestinas; ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores; clássicos em todos os ramos da atividade humana; premiadas; traduções/tradutores; esgotadas/não reeditadas; fac-similares".

O texto inclui também as seguintes categorias:

- com dedicatórias manuscritas dos autores; autografados pelos autores; com dedicatórias e/ou autógrafos importantes; com anotações importantes; com marcas de propriedade: assinaturas, nomes, iniciais, ex-libris, carimbos, brasões; que, comprovadamente, pertenceram a personalidades importantes; os de tiragem especial em edições comuns; os que contenham ilustrações especiais feitas por artistas ou personalidades importantes; com encadernações de luxo, curiosas ou exóticas; os que contenham alguma particularidade ou característica própria que os distinga dos demais."

Porque preservar - Como destaca Ieda de Oliveira, "um povo

que não tem memória não tem referencial histórico". "Como patrimônio, os acervos documentais são elementos imprescindíveis à reprodução da identidade cultural das instituições, grupos sociais e pessoas", complementa a bibliotecária. O conhecimento retrospectivo fornecido pelos documentos antigos, raros ou especiais, é essencial na formação dos novos profissionais e da própria sociedade. A manutenção e correta conservação destes bens, nada mais faz do que "atender às expectativas e interesses de uma gama variada de segmentos da sociedade. Enfim toda a comunidade nacional ganha com a preservação de uma parcela significativa do seu patrimônio histórico e científico", conclui Ieda.

Portanto, vasculhe a biblioteca da sua universidade. Lá, com certeza, você irá encontrar obras dignas de grandes bibliófilos. Manuseie-as com o cuidado dispensado às grandes obras, peça orientação ao bibliotecário se for necessário, explore este mundo raro e especial e, principalmente, divulgue-o aos seus amigos e à comunidade.

Chineses faziam livros em cascos de tartaruga

Antes da criação do papel existiram maneiras curiosas do homem se expressar através da escrita. Na Índia, usavam folhas de palmeiras, os esquimós utilizavam ossos de baleia e dentes de foca. Na China os livros eram feitos com conchas e cascos de tartaruga e, depois, em bambu e seda. Estes dois últimos materiais antecederam a descoberta do papel.

Entre outros povos era comum o uso da pedra, barro e cascas de árvores. As matérias primas mais próximas do papel foram o papiro e o pergaminho. O primeiro foi inventado pelos egípcios e, apesar da sua fragilidade, milhares de documentos em papiro chegaram até nós. Os Maias e os Astecas guardavam seus livros de matemática, astronomia e medicina em cascas de árvores, chamadas de "tonalamatl".

O papel - A palavra papel é originária do latim "papyrus". Nome dado a um vegetal da família "Cyperaceae" (Cyperus papyrus). A medula dos seus caules já era empregada pelos egípcios 2.400 anos antes de Cristo. Entretanto, foram os chineses os primeiros a fabricarem o papel. Por volta do século VI a.C., eles começaram a produzir um papel de seda branco próprio para pintura e escrita.

A partir do ano 751 d.C., os árabes, instalados em Samarkanda, grande entreposto das caravanas provenientes da China, aprisionaram dois chineses que conheciam a arte do papel e a trocaram pela sua liberdade. A partir daí foi possível a quebra do monopólio chinês com o início da produção do papel, em 795 d.C., em Bagdá.

Os primeiros moinhos papeleiros europeus localizaram-se na Espanha, em Xativa e Toledo (1085). Na América foi trazido pelos colonizadores e, no Brasil, em 1809.

